

**G O V E R N O   D O   E S T A D O**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**Resolução nº 02, de 03 de Setembro de 2004.**

***Dispõe sobre a homologação da criação do Comitê da  
Bacia Hidrográfica do Rio Goiana – COBH/Goiana.***

O **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** o que foi discutido e aprovado na XI Reunião Ordinária ocorrida em 02 de setembro de 2004;

**CONSIDERANDO** o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Goiana – COBH/Goiana como órgão colegiado, consultivo e deliberativo, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 11.426/97 e no Decreto Estadual nº 20.269/97, tendo aprovado o seu Estatuto , na forma do anexo.

**CONSIDERANDO** que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Goiana – COBH/Goiana, órgão colegiado que compõe o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos de Pernambuco, com atuação na mencionada Bacia, foi constituído em 02 de junho de 2004, regido pela legislação incidente.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Homologar a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Goiana – COBH/Goiana, em consonância com o seu Estatuto Social.

Art. 2º- A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 03 de setembro de 2004.

CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO  
Presidente do CRH

**ANEXO**

**ESTATUTO SOCIAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GOIANA**

**CAPÍTULO I**

**Da Constituição, Denominação, Sede, Foro e Área de Atuação.**

Art. 1º. O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Goiana, doravante denominado COBH/Goiana, é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGRH com atuação na Bacia Hidrográfica do rio Goiana do estado de Pernambuco e rege-se por este estatuto e pelas legislações federal e estadual vigentes.

Parágrafo único. A sede do Comitê coincidirá com a da sua Secretaria Executiva.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Finalidades**

Art. 2º. São finalidades do COBH/Goiana

I - adotar a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos;

II – conceber, propor e avaliar estudos, programas e projetos de obras e serviços de interesse coletivo, definindo prioridades e medidas preventivas de riscos ambientais, sociais e financeiros, com vistas a sua integração ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia;

III - definir instrumental de ação que assegure gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, buscando sintonia entre quantidade e qualidade na respectiva área de ação;

IV - buscar sempre a compatibilização entre gestão dos recursos hídricos/ desenvolvimento regional e conservação do meio ambiente;

V - assegurar o uso múltiplo das águas de superfície e subterrâneas, com prioridade para o abastecimento humano e dessedentação de animais em casos de escassez;

VI - promover a integração de ações preventivas e de defesa contra eventos críticos (secas e cheias) que causem riscos à segurança e saúde pública da população da bacia;

VII - assegurar a proteção dos recursos hídricos contra obras, intervenções e lançamento de efluentes que venham comprometer o seu uso múltiplo no presente e no futuro;

VIII - estimular o desenvolvimento e a transferência de tecnologias com vistas à conservação dos recursos hídricos em sua área de abrangência;

IX - estudar e propor alternativas de desenvolvimento sustentável da bacia.

## **CAPÍTULO III**

### **Das Atribuições**

Art. 3º. São atribuições do Comitê:

I - apreciar e votar o estatuto do respectivo Comitê;

II - apreciar e votar o Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica, de forma a integra-lo com Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim como os programas de ações imediatas quando ocorrerem situações críticas, submetendo-os ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH para homologação;

III - apreciar e votar o relatório anual da situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica;

IV - apreciar e votar as propostas dos programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos;

V - apreciar e propor planos e projetos de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica e fazer recomendações no tocante ao enquadramento dos corpos d'água em classe de uso preponderante;

VI - promover os entendimentos e relações de cooperação entre os usuários de recursos hídricos exercendo, quando necessário, funções de arbitramento e conciliação dos casos de conflito de interesses, como uma primeira instância de decisão;

VII - promover a divulgação e debates na região dos programas de serviços e obras a serem realizadas de interesse da comunidade, definindo metas, benefícios e custos, e riscos sociais, ambientais e financeiros;

VIII - subsidiar a elaboração do relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos na respectiva bacia hidrográfica;

IX - acompanhar e avaliar os resultados decorrentes das ações e programas governamentais relativos à utilização, aproveitamento, proteção, recuperação, melhoria da qualidade e aumento da disponibilidade dos recursos hídricos;

X - estimular a conscientização da comunidade sobre as normas técnicas de uso adequado dos recursos hídricos e de postura, que possam desencadear impactos sistêmicos degradantes dos mananciais;

XI - estimular a formação de associações de usuários e instalações de consórcios como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos;

XII - prestar aos órgãos integrantes do SIRGRH/PE todas as informações solicitadas sobre a situação dos recursos hídricos da região, bem como comunicar a existência de infrações, falhas ou desvios de execução nos projetos locais, requerendo as medidas de urgência necessárias à correção e/ou normalidade dos problemas;

XIII – propor ao CRH o valor, a isenção e o diferenciamento da cobrança do uso da água;

XIV - definir para a bacia hidrográfica os usos isentos de Outorga.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Composição**

Art. 4º. O COBH/Goiana terá 30 membros, representados pelos segmentos usuários de água, entidades civis e poderes executivos municipais, estadual e federal, com base na seguinte composição:

I - representantes dos usuários de água sediados na área de abrangência da bacia na proporção de 40% (quarenta por cento) do total de membros;

II – representantes de entidades civis sediadas na área de abrangência da bacia na proporção de 30% (trinta por cento) do total de membros;

III - representantes do Poderes executivos, administração direta e indireta, em proporção de 30% (trinta por cento) do total de membros;

§ 1. O COBH/Goiana será dirigido por 01 (um) presidente, 01 (um) vice-presidente e 01 (um) secretário executivo, eleitos por maioria simples dentre seus membros, para um mandato de 02 (dois) anos, renovável por mais um único período.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Organização e Administração**

Art. 5º. O COBH/Goiana terá uma direção colegiada, constituída por representantes dos órgãos e entidades membros, que delibera em sessões ordinárias e extraordinárias, conforme o caso.

§ 1º. A duração do mandato de cada representante será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º. Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, o colegiado reunir-se-á no prazo de 30 (trinta) dias para eleger o(s) substituto(s), para complementar o mandato em curso.

§ 3º. As deliberações das sessões plenárias, ordinárias ou extraordinárias, vinculam a todos, ainda que discordantes ou ausentes.

§ 4º. As sessões plenárias, ordinárias ou extraordinárias, serão instaladas em 1ª convocação com dois terços dos membros presentes; em 2ª convocação com maioria simples, e em 3ª e última convocação com um terço dos seus integrantes, observado o intervalo de meia hora entre cada convocação.

§ 5º. As deliberações serão sempre tomadas por maioria simples dos votos. Quando se tratar de reforma de estatuto, será obrigatória a presença de dois terços dos membros do COBH/Goiana, que votará por maioria simples.

§ 6º. O COBH/Goiana reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes ao ano, a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

§ 7º. As sessões extraordinárias realizar-se-ão sempre que se fizer necessário para deliberar sobre matérias específicas.

§ 8º. O edital de convocação indicará expressamente a ordem do dia, data, hora e local em que será realizada a sessão plenária, ordinária ou extraordinária.

§ 9º. A convocação será feita pelo Presidente, pelo seu substituto legal, ou por um quinto dos integrantes do colegiado, caso aqueles não o façam e desde que haja motivos que justifiquem a convocação.

§ 10º. As convocações para as sessões do Comitê serão feitas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, no caso de sessões ordinárias, e de 10 (dez) dias para as sessões extraordinárias.

§ 11º. Os editais de convocação deverão ser encaminhados aos membros do Comitê, afixados nas entidades membros, assim como divulgados em veículos de comunicação no âmbito da Bacia Hidrográfica.

§ 12º. As sessões plenárias, ordinárias e/ou extraordinárias, serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas e assinadas pela Secretaria Executiva e demais membros presentes, pois serão apresentadas e submetidas à aprovação na próxima sessão plenária.

§ 13º. As sessões plenárias serão abertas ao público.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Presidência, Vice-Presidência, Secretaria Executiva e Plenária**

Art. 6 °. São atribuições do Presidente:

I – representar o comitê em juízo ou fora dele;

II – presidir as sessões plenárias;

III – exercer o voto de qualidade em caso de empate;

IV – resolver as questões de ordem nas sessões plenárias;

V – estabelecer a ordem do dia, bem como determinar a execução das deliberações do plenário, através da Secretaria Executiva;

VI – tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação do plenário, em reunião extraordinária, para tanto imediatamente convocada, ficando o conceito de caráter de urgência esclarecido no regimento interno;

VII – convocar sessões extraordinárias do plenário;

VIII – manter o comitê informado das discussões que ocorrem no CRH.

Parágrafo único. O relacionamento do Comitê com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH se dará através da sua Diretoria.

Art. 7°. São atribuições do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II - participar das sessões ordinárias e extraordinárias com direito a voz e voto;

III - propor, apresentar e defender matérias de interesse do colegiado;

IV - coordenar e assessorar sessões técnicas, grupos de trabalho e estudos;

V - outras atividades que vierem a ser delegadas pelo Plenário.

Art. 8°. São atribuições da Secretaria Executiva:

I - elaborar o plano anual de trabalho do Comitê para a Bacia do rio Goiana, definindo objetivos, metas e diretrizes administrativas;

II - articular a sociedade civil da área com vistas ao seu engajamento numa política geral de recursos hídricos, no âmbito da Bacia do rio Goiana;

III - articular meios materiais e humanos para viabilizar as decisões do colegiado de representantes;

IV - definir e estabelecer normas e procedimentos operacionais de funcionamento do Comitê;

Parágrafo único. Cabe à Secretaria Executiva proceder a convocação das reuniões, organizar a ordem do dia, secretariar e assessorar as sessões do Comitê.

V – elaborar propostas com vistas à implementação do Plano Anual de Trabalho do Comitê;

VI - elaborar o relatório anual de prestação de contas das atividades programadas/desenvolvidas;

VII - constituir comissões técnicas e grupos de trabalho com vistas ao estudo e ao encaminhamento de matérias de interesse da Política de Recursos Hídricos da Bacia;

VIII - operacionalizar a celebração de contratos, convênios e acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais de interesses afins;

IX - organizar a realização de audiências públicas;

X - organizar a divulgação e debates dos temas e programas prioritários definidos pelo Plenário;

XI - publicar no Diário Oficial do Estado as decisões do Comitê

XII - cumprir e fazer cumprir este estatuto e legislação específica vigente.

Art.09. São atribuições da Plenária:

I - discutir e votar todas as matérias submetidas ao Comitê;

II - apresentar propostas e sugerir matérias para a apreciação do Comitê;

III - pedir vista de documentos;

IV - solicitar ao Presidente a convocação de sessões extraordinárias, justificando seu pedido formalmente, desde que a solicitação esteja assinada por 10% (dez por cento) dos membros do comitê;

V - propor a inclusão de matéria na ordem do dia, até mesmo para sessões subseqüentes, bem como prioridade de assuntos das matérias constantes;

VI - requerer votação nominal, que será encaminhada de acordo com a decisão da Plenária;

VII - fazer constar em ata seu ponto de vista discordante, ou do órgão que representa;

VIII - propor convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de entidades, públicas ou privadas, para participarem de sessões específicas para trazer subsídios às deliberações do Comitê, com direito a voz, obedecidas as condições previstas neste Estatuto;

IX - propor a criação de comissões específicas e câmaras técnicas;

X - votar e ser votado para os cargos previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. As funções de membro do Comitê não serão remuneradas sendo, porém, consideradas como serviço público relevante.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 10. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pelo plenário do colegiado, nos limites da legislação vigente.

Art. 11. A Secretaria Executiva deverá elaborar e submeter ao Plenário o Regimento Interno do Comitê, que tratará das questões, atribuições e funções específicas não previstas neste Estatuto;

Art.12. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.